

# CIA BRASILEIRA DE FOMENTO INDUSTRIAL E MERCANTIL

BRASFOMENTO S/A.

C.G.C.M.F. nº 69.403.127/0001-46

## ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 1984

Às 11,30 horas do dia 15 de maio de 1984, reuniram-se em sua sede social, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 888, 12º andar, na Cidade de São Paulo, os membros do Conselho de Administração da CIA BRASILEIRA DE FOMENTO INDUSTRIAL E MERCANTIL BRASFOMENTO S.A., a fim de deliberar sobre a eleição dos membros da Diretoria da Sociedade. Assumiu a presidência dos trabalhos, conforme os estatutos sociais, o Prof. Américo Oswaldo Campiglia, que convidou a mim, Mário de Fiores, para servir como secretário, no que acedi. Com a palavra, o Sr. Presidente informou que a reunião tinha por objetivo eleger a Diretoria para o próximo exercício. Após os debates, resultaram eleitos as seguintes pessoas: RAUL GARDINI, italiano, casado, portador da carteira de identidade nº 8.935.323, e do CIG nº 754.475.208-59, domiciliado e residente nesta Capital, na Alameda Tietê nº 288, 12º andar, São Paulo, para Diretor Presidente; Eng. FRANCESCO FOIS, italiano, casado, portador da carteira de identidade nº 2.910.133 e do CIG nº 011.636.908-00, domiciliado e residente nesta Capital, na Rua Cardoso de Almeida nº 2083, São Paulo, para Diretor Vice-Presidente; DR. MARIO DE FIORES, brasileiro, casado, portador do RG nº 2.206.704 e do CIG nº 021.853.348-91, domiciliado e residente nesta Capital, na Rua Paraguaná nº 244, aptº 62, São Paulo, para o cargo de Diretor, e dos com mandato até a próxima reunião ordinária do Conselho de Administração e a realizar-se logo após a Assembleia Geral Ordinária de 1985 e a mesma remuneração que recebem atualmente da Sociedade, até que em reunião conjunta deste Conselho de Administração e da Diretoria seja deliberada a divisão da remuneração dos Administradores, fixada pela Assembleia Geral Ordinária hoje realizada. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dele quisesse fazer uso, e como ninguém se manifestasse suspendeu a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, expressão fiel do ocorrido, que após lida e achada conforme, foi unanimemente aprovada e assinada pelos presentes. São Paulo, 15 de maio de 1984. a) Américo Oswaldo Campiglia — Presidente; Dr. Mário de Fiores — Secretário; Raul Gardini e Vittorio Giuliani Ricci. Declara-se para os devidos fins que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio em poder da companhia. (a) DR. MARIO DE FIORES — Secretário. SECRETARIA DA JUSTIÇA — JUNTADA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO — JUNTADA — Certifico que este documento foi registrado sob nº 49.178/84, São Paulo, 04 de junho de 1984. (a) Rubens Abutara — Secretário Geral.

## IMPRES - COMPANHIA BRASILEIRA DE IMPRESSÃO E PROPAGANDA

C.G.C. 60.829.231.0001-34

## EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

1. DATA: 30 de abril de 1984.
2. HORA: 10 horas
3. LOCAL: Sede social, à Rua Cadete, 209 - São Paulo - S.P.
4. CONVOCAÇÃO: Folha de São Paulo e Diário Oficial do Estado de São Paulo, edições de 20-21-22 de março de 1984.
5. AVISOS DO ART. 133 - CAPUT LEI 6.404/76: Folha de São Paulo e Diário Oficial do Estado de São Paulo, edições de 20-21-22 de março de 1984.
6. PUBLICAÇÃO DAS PECAS DO ART. 133 § 3º: Folha de São Paulo, edição de 24 de março de 1984 e Diário Oficial do Estado de São Paulo, edição de 29 de março de 1984.
7. MESA DOS TRABALHOS: Carlos Caldeira Filho. Presidente. Isaura Medaglia. Secretária.
8. QUORUM: O comparecimento dos Senhores Acionistas, foi comprovado em 100% do capital votante.
9. DELIBERAÇÕES TOMADAS, TODAS POR UNANIMIDADE:
  - a) A aprovação e ratificação dos atos e contas dos administradores, bem como as demonstrações financeiras, abstendo-se os impedidos;
  - b) A aprovação da Proposta da Diretoria, sobre a destinação do Lucro Líquido do exercício para a conta de Lucros Acumulados;
  - c) A aprovação da correção de expressão monetária da Capital Social de R\$ 385.491.383,31 (hum bilhão, trezentos e oitenta e cinco milhões, quatrocentos e noventa e hum mil, trezentos e oitenta e três cruzeiros e trinta e hum centavos) e sua capitalização R\$ 385.402.914,00 (hum bilhão, trezentos e oitenta e cinco milhões, quatrocentos e dois mil, novecentos e quatorze cruzeiros) elevando-se o capital social para R\$ 2.297.412,00 (dois bilhões, duzentos e cinquenta e sete milhões, duzentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e doze cruzeiros) bem como o valor unitário das ações para Cr\$844,00 (oitocentos e quarenta e quatro cruzeiros) com a consequente alteração do Art. 2º do Estatuto Social, que passa a ter a seguinte redação: "ART. 2º - O capital social é de Cr\$2.297.412,00 (dois bilhões, duzentos e cinquenta e sete milhões, duzentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e doze cruzeiros) dividido em 2.639.523 (dois milhões, seiscentas e trinta e nove mil, quinhentas e vinte e três) ações ordinárias e 35.000 (trinta e cinco mil) ações preferenciais, todas do valor nominal de Cr\$844,00 (oitocentos e quarenta e quatro cruzeiros) cada uma e sempre nominativas".
10. ACIONISTAS PRESENTES: Granje Ttambi Ltda. Marbi Sociedade Civil Ltda.
11. O presente foi extraído da ata lavrada às fls. 69, 69v, 70, 70v, e 71, do Livro de Atas de Assembleias Gerais nº 2, registrado sob nº 036.081, em 25 de março de 1968, na Junta Comercial do Estado de São Paulo.
12. NÚMERO E DATA DO ARQUIVAMENTO: JUCESP - Registrado sob nº 45.291-2/84 em 25 de maio de 1984. Secretaria de Justiça - Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certidão. Certifico que este documento foi registrado sob nº e data estampados mecanicamente. a) Rubens Abutara. Secretário Geral.
13. O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA: a) Carlos Caldeira Filho.

# BICICLETAS CALOI S/A

CIA. ABERTA

C.G.C.M.F. nº 56.994.924/0001-05

NIRC Nº 35 3 0004949 7

## ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 02 DE MAIO DE 1984.

Aos 02 (dois) dias do mês de maio de 1984, às 10,00 horas, na sede social, à Avenida Guarapiranga nº 1.440, nesta cidade de São Paulo, reuniram-se em assembleia geral extraordinária os acionistas, representando o "quorum" de mais de 2/3 (dois terços) do capital social com direito a voto, conforme se vê das assinaturas lançadas no livro "Presença de Acionistas". Na forma estatutária, assumiu a presidência da assembleia o Sr. Bruno Antonio Caloi, Diretor Presidente da sociedade, que convidou a mim, José Vicente Messiano, para servir como secretário, no que acedi. Com a palavra, o Sr. Presidente informou que a reunião tinha por objetivo a realização de todas as formalidades legais e estatutárias, o Sr. Presidente declarou instalada a assembleia geral e determinou-me a leitura do seguinte edital de convocação, publicado no Diário Oficial do Estado, edições de 24, 25 e 26/4/84, e no jornal Gazeta Mercantil, edições de 23, 24 e 25/4/84, o qual está vazado nos seguintes termos: "BICICLETAS CALOI S/A. - C.G.C.M.F. nº 56.994.924/0001-05 - NIRC Nº 35 3 0004949 7 - Convocação - Assembleia Geral Extraordinária - São convocados os senhores acionistas de BICICLETAS CALOI S/A, a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, em sua sede social, à Avenida Guarapiranga nº 1.440, nesta Capital do Estado de São Paulo, no dia 02 de maio de 1984, às 10,00 horas, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) alteração e consolidação do estatuto social; e b) outros assuntos de interesse social. São Paulo, 17 de abril de 1984. Ass. Bruno Antonio Caloi - Diretor Presidente." Dando início a ordem do dia, o Sr. Presidente disse, encontrar-se sobre a mesa, proposta de alteração e consolidação do estatuto social, a qual foi lida e achada conforme, o Sr. Presidente declarou a seguinte redação, cuja leitura procedi: "BICICLETAS CALOI S/A. - C.G.C.M.F. nº 56.994.924/0001-05 - NIRC Nº 35 3 0004949 7 - Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de abril de 1984. Aos 30 (trinta) dias do mês de abril de 1984, às 10,00 horas, reuniram-se o Conselho de Administração, com a presença de todos os seus membros, sob a presidência do Sr. Bruno Antonio Caloi, Diretor Presidente, e dos membros do Conselho de Administração, para servir como secretário, iniciando os trabalhos, o Conselho resolveu submeter à apreciação da assembleia geral a seguinte proposta de alteração e consolidação do estatuto social. Senhores acionistas. Considerando que o atual estatuto social data de fevereiro de 1978; considerando que de lá para cá, muitas alterações foram efetuadas, o que dificulta o exame de tal peça estatutária; considerando que a sociedade é hoje uma companhia aberta e que a administração deve ser transparente e honesta, em razão da emissão pública de debêntures aprovada em novembro de 1981, com registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM; considerando que, face ao incremento dos negócios sociais, faz-se mister a alteração do atual estatuto social, para torná-lo mais flexível, principalmente na parte referente ao capital social; considerando que V. Ss. solicitaram a este Conselho que procedesse estudos no sentido de ser apresentada proposta de alteração do estatuto social, o qual, após o estudo e a aprovação dos acionistas, o Conselho resolveu submeter à apreciação da assembleia geral a seguinte proposta de alteração e consolidação do estatuto social, este Conselho, após os estudos realizados, vem à presença de V. Ss. para apresentar-lhes a seguinte proposta de alteração e consolidação do estatuto social, nos termos abaixo:

## BICICLETAS CALOI S/A

Cia. Aberta

C.G.C.M.F. nº 56.994.924/0001-05 NIRC Nº 35 3 0004949 7

## ESTATUTO SOCIAL

## CAPÍTULO I

## DENOMINAÇÃO, SEDE, FINS E DURAÇÃO

Art. 1º - BICICLETAS CALOI S/A, constituída em 1º de abril de 1984, é uma companhia aberta que se regerá por este estatuto social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. Art. 2º - A sociedade terá sua sede e domicílio na Capital do Estado de São Paulo, à Av. Guarapiranga, 1.440, podendo manter filiais, escritórios de vendas, depósitos, agências ou representações em qualquer parte do território nacional e fora do País. Art. 3º - A sociedade tem por objeto a indústria e o comércio de bicicletas, motocicletas, ciclomotores, triciclos, aparelhos para ginástica e ortopedicos, carrinhos de tracção manual, veículos com e sem mecanismo de propulsão, peças e seus acessórios, aparelhos eletro-domesticos; a exportação ou importação desses produtos; a intermediação de negócios e a representação comercial dentro e fora do País; a exploração da marca "CALOI", inclusive através de cessão remunerada, mediante o lançamento comercial de quaisquer produtos de fabricação própria ou de terceiros, nomeadamente para designar produtos destinados à prática esportiva ou à simples recreação. Art. 4º - Para a consecução de seu objeto social, poderá a sociedade firmar acordos com outras empresas nacionais ou estrangeiras, e bem assim participar do capital de outras sociedades. Art. 5º - O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado.

## CAPÍTULO II

## DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES

Art. 6º - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de Cr\$ 5.640.000,00 (cinco bilhões e seiscentos e quarenta milhões de cruzeiros), representado por 2.400.000,00 (dois bilhões e quatrocentos milhões) de ações sem valor nominal, nominativas ou ao portador, sendo 1.828.759.639 ordinárias e 571.240.361 preferenciais da classe "A", devendo conter os respectivos certificados, cautelares ou títulos múltiplos que forem emitidos, as assinaturas dos titulares das ações, e a sociedade poderá aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, pelo valor de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta bilhões de cruzeiros), o qual será anualmente corrigido pela Assembleia Geral Ordinária, com base nos índices legais. A quantidade, por espécie e classe de ações emitidas, será determinada pelo órgão que deliberar sobre o aumento do capital social. Art. 7º - No limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a emissão de ações, sem necessidade de guardar a proporção entre elas existentes, quer seja entre as ações ordinárias e as ações preferenciais, ou entre as classes. Tal deliberação será transcrita no livro próprio, devendo estipular: a) o número de ações, por espécie e classes de ações preferenciais, objeto da emissão; b) a forma de subscrição, se pública ou particular; c) os valores fixos pelos quais as ações poderão ser subscritas; d) os prazos para a subscrição das ações; e) as condições de integralização e outras que forem de interesse da sociedade. Art. 8º - Em caso de aumento do capital social, os acionistas terão direito de preferência à subscricao das ações, na proporção do número de ações, por espécie e classes, que possuírem, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte. Art. 9º - Por deliberação do Conselho de Administração poderá a sociedade, dentro do limite do capital autorizado, e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações a seus administradores. Na outorga e no exercício pelos administradores dessa opção de compra de ações, não haverá direito de preferência para os acionistas. Art. 10º - O acionista que não integralizar o capital subscrito nas condições estabelecidas, ficará, de pleno direito, constituído em mora, sujeitando-se, no caso de cobrança executiva, à multa de 10% (dez por cento) do valor da prestação, juros legais de 12% a.a. e correção monetária idêntica à variação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, observadas as demais disposições legais e condições da emissão. Os juros e a multa serão calculados sobre o valor corrigido, ou, se a sociedade preferir, poderá manter vendidas as ações em Bolsa de Valores, nos termos do art. 107, da Lei nº 6.404/76. Art. 11º - As ações preferenciais, que não terão direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral, independentemente da classe, fica assegurada a prioridade no reembolso do capital, no caso de liquidação da sociedade. As ações preferenciais poderão ser emitidas até atingirem 2/3 (dois terços) das ações representativas do capital social e são inconvertíveis em ações ordinárias. A sociedade pode criar várias classes de ações, preferindo a preferência de voto a qualquer outra vantagem, ressalvada a preferência em outra classe, exceto na hipótese prevista na letra "c" do parágrafo seguinte. Art. 12º - As ações preferenciais, que passam a constituir a classe "A", além do direito previsto no parágrafo anterior, terão mais os seguintes: a) dividendos mínimos de 8% (oito por cento) ao ano, não cumulativos; b) direito de perceberem a diferença de taxa de dividendos, sempre que o dividendo de 22% (dois e cinco por cento) sobre o lucro líquido, por pagamento, às ações ordinárias, de dividendos superiores a 8% (oito por cento) ao ano; e c) direito de conversão em ação preferencial da classe "B", a pedido do acionista. Art. 13º - Fica, desde já, criada a ação preferencial da classe "B", a qual se aplica o disposto no § 6º deste artigo. Art. 14º - Os aumentos do capital social, por subscrição, poderão ser efetuados somente pela emissão de ações preferenciais. Caberá ao órgão, que deliberar sobre o aumento, o prazo de validade da classe de ações preferenciais, e a quantidade das respectivas ações preferenciais. Art. 15º - Todos os acionistas participam dos aumentos de capital, por incorporação de reservas e de lucros suspensos, na proporção das ações possuídas, por espécie e classes, observada a legislação aplicável. Art. 16º - A pedido do acionista, a ação ordinária poderá ser convertida em ação preferencial, de qualquer classe, respeitado o limite fixado no art. 6º. Art. 17º - O Conselho de Administração, autorizado pelo Conselho de Administração, poderá negociar com as próprias ações, observadas as formalidades legais e regulamentares pertinentes. Art. 18º - A mudança na forma da ação, de nominativa para ao portador ou vice-versa, poderá ser feita mediante pedido do acionista.

## CAPÍTULO III

## DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

Art. 19º - A sociedade será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, na forma da lei e deste estatuto. Art. 20º - Os administradores serão investidos em seus cargos mediante assinatura do respectivo termo de posse independentemente da prestação de caução. Art. 21º - A Assembleia Geral que eleger o Conselho de Administração fixará a sua remuneração, assim como a da Diretoria Executiva, englobada, ou individualmente pelo cargo, cabendo a primeira preferência ao acionista titular das ações. A remuneração individual de seus membros, O Diretor, que fizer parte do Conselho de Administração, terá direito da remuneração devida apenas ao cargo de Diretor. Art. 22º - O Conselho de Administração será composto de até 8 membros, eleitos pela Assembleia Geral com mandato de três anos, para os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Conselheiros. Art. 23º - Os Conselheiros e os membros da Diretoria Executiva serão eleitos pelo Conselho de Administração, observadas as formalidades legais e regulamentares pertinentes. Art. 24º - A mudança na forma da ação, de nominativa para ao portador ou vice-versa, poderá ser feita mediante pedido do acionista.

## DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 25º - O Conselho de Administração será composto de até 8 membros, eleitos pela Assembleia Geral com mandato de três anos, para os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Conselheiros. Art. 26º - Os Conselheiros e os membros da Diretoria Executiva serão eleitos pelo Conselho de Administração, observadas as formalidades legais e regulamentares pertinentes. Art. 27º - A mudança na forma da ação, de nominativa para ao portador ou vice-versa, poderá ser feita mediante pedido do acionista.

o Vice-Presidente. Art. 28º - Os eleitos para Presidente e Vice-Presidente do Conselho serão, como membros natos, eleitos Diretor Presidente e Diretor Administrativo e Financeiro da Diretoria Executiva. Art. 29º - Ocorrendo as vagas, concomitante ou isoladamente, de Presidente ou de Vice-Presidente do Conselho, será convocada a Assembleia Geral para prover os cargos. Art. 30º - O Conselho de Administração tem as atribuições que lhe são conferidas por lei e pelo presente estatuto, competindo-lhe ainda: I - Cumprir e fazer cumprir o estatuto social e as deliberações da Assembleia Geral; II - Propor à Assembleia Geral alterações neste estatuto; III - Prevenir - e fazer - o "reterendum" da primeira Assembleia Geral, os cargos que se vagarem por morte, renúncia ou destituição de qualquer de seus membros, ressalvada a hipótese prevista no § 6º do artigo anterior; IV - Autorizar a aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis da sociedade, de valor superior a 100% (cem por cento) do capital social realizado; V - Autorizar a sociedade a negociar com as próprias ações, observadas as formalidades legais e regulamentares pertinentes.

## DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 31º - A Diretoria Executiva será composta de até 7 (sete) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, acionistas ou não, para os cargos de Diretor Presidente, Diretor Administrativo e Financeiro, Diretor de Relações com o Mercado, Diretor de Marketing, Diretor de vendas e dos Diretores de Empresas Coligadas, e os membros da Diretoria Executiva poderão ser substituídos por um dos Diretores de Empresas Coligadas. Art. 32º - As atribuições e poderes de cada Diretor serão indicadas na forma do artigo 10, § 3º deste estatuto. A reunião da Diretoria será presidida pelo Diretor Presidente. Art. 33º - A Diretoria Executiva deliberará em conjunto sobre todos os assuntos da sociedade, observando as atribuições e responsabilidades de cada Diretor, devendo sempre encaminhar ao Conselho de Administração, através do Diretor Administrativo e Financeiro, as decisões que caberem ao Conselho de Administração decidir. Art. 34º - O "quorum" para instalação das reuniões da Diretoria Executiva é de 2 (dois) de seus membros, sendo que as decisões serão tomadas por maioria de votos, tendo o Diretor Presidente, além do voto pessoal, o de desempate. As decisões, quando necessário, serão transcritas no livro próprio assinadas e registradas na Junta Comercial. Art. 35º - Compete à Diretoria Executiva: I - Observar as prescrições legais, cumprir e fazer cumprir o estatuto social e as deliberações da Assembleia Geral; II - Representar a sociedade ativa e passivamente, em juízo e fora dele, perante os acionistas, as autoridades e o público em geral; III - administrar e gerir os negócios sociais, com poderes para a prática de todos os atos e a realização de todas as operações que se relacionem com o objeto social; IV - fazer levantar balanços mensais, balanços semestrais e anuais, aprovados e submetidos ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral, e o balanço de fechamento da sociedade; V - apresentar ao Conselho de Administração, para posterior deliberação da Assembleia Geral, proposta para a distribuição de dividendos ou o modo de distribuição dos lucros da empresa; VI - decidir sobre a abertura de filiais, escritórios de vendas, agências, depósitos ou representações em qualquer parte do território nacional ou no exterior; VII - solucionar as questões suscitadas com terceiros e quaisquer problemas que não sejam de competência do Conselho de Administração e da Assembleia Geral; VIII - submeter à aprovação do Conselho de Administração proposta para aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis da sociedade de valor superior a 100% (cem por cento) do capital social realizado; Art. 36º - A sociedade, representada isoladamente pelo Diretor-Presidente, ou por dois dos demais Diretores, poderá constituir procuradores que agirão segundo os poderes que lhes forem especificamente outorgados. Art. 37º - Poderão ser nomeados isoladamente ou em conjunto, para exercer a administração, os seguintes: I - um procurador, ou os dois procuradores, para a administração, tais como correspondência, bordereaus de cobrança, caução e de desconto de efeitos comerciais, bem assim o endosso de cheques, duplicatas ou outros títulos de crédito, para recebimento ou cobrança; Art. 38º - Deverão ser firmados, isoladamente pelo Diretor-Presidente ou por dois Diretores em conjunto, todos os atos que impliquem na aquisição, alienação, oneração ou permuta de bens imóveis da sociedade; Art. 39º - A emissão, o saque, o endosso ou a cobrança de cheques, duplicatas ou outros títulos de crédito, assim como contratos de empréstimos bancários, contratos de caução, cessão, transferência ou renúncia de direitos, documentos relativos à aquisição, alienação ou oneração de bens móveis; e todos os demais papéis e documentos que impliquem em obrigação para a sociedade, não referidos no Art. 38º, deverão conter obrigatoriamente, com as assinaturas, isolada, do Diretor-Presidente, ou de dois Diretores, ou de um Diretor e um procurador, ou de os dois procuradores, especificadamente ou em conjunto, em nome da sociedade, na forma do Art. 14º único. A sociedade também poderá ser representada, isoladamente e por procurador, nos atos e nos termos constantes do respectivo mandato, também outorgado na forma do artigo 14º, Art. 39º - Fica expressamente vedado o uso ou emprego da denominação social em avais, fianças, acaites e endossos de mero valor, ou em outros documentos estranhos aos interesses sociais, salvo quando prestados às empresas, direta ou indiretamente, ligadas à sociedade.

## CAPÍTULO IV

## DO CONSELHO FISCAL

Art. 39º - A sociedade terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente, composto de três a cinco membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, residentes no País, observado o disposto nos arts. 181 e 185, da Lei 6.404/76.

## CAPÍTULO V

## DAS ASSEMBLÉIAS DOS ACIONISTAS

Art. 40º - A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á, anualmente, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social e a Assembleia Geral Extraordinária sempre que a lei ou os interesses sociais exigirem a manifestação dos acionistas. Art. 41º - A Assembleia Geral, ressalvado o disposto no art. 123, da Lei 6.404/76, será convocada, instalada e presidida pelo Diretor Presidente que, em suas faltas ou impedimentos, poderá ser substituído por quem for escolhido pelo Presidente. Art. 42º - As pessoas presentes à assembleia deverão provar sua qualidade de acionista, observadas as disposições do art. 126, da Lei 6.404/76, sendo que os titulares de ações nominativas, que deverão apresentar documento hábil de sua identidade, são os únicos que poderão exercer o direito de voto, nos termos do art. 112, da Lei 6.404/76. § 3º - Para alteração deste estatuto, aumento do capital autorizado ou do capital social, emissão de debêntures, dissolução, a Assembleia Geral, observada a lei, a assembleia geral somente será instalada com a presença de acionistas que representem dois terços do capital social com direito a voto, tanto em primeira como em segunda convocação, só podendo essas matérias serem aprovadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.

## CAPÍTULO VI

## DO EXERCÍCIO SOCIAL E RESULTADOS

Art. 43º - O exercício social encerrar-se-á em 30 de junho de cada ano civil, quando será levantado o Balanço Geral da sociedade, observadas as prescrições legais. Art. 44º - O lucro líquido apurado no Balanço, após as deduções, provisões e reservas permitidas em lei, bem como as deduções de favores fiscais, terá a seguinte aplicação: a) 5% (cinco por cento) para a constituição de reserva legal, destinada a assegurar a integridade do capital social, até o limite de 20% (vinte por cento); b) parcela necessária à constituição de reservas para contingências, por proposta da Diretoria Executiva; c) 25% (vinte e cinco por cento) para a distribuição de um dividendo aos acionistas, observado o disposto no § 7º do art. 6º, deste estatuto; d) verba de até 10% (dez por cento) para pagamento de uma gratificação à Diretoria Executiva, a ser fixada pela Assembleia Geral que aprovar o Balanço; e a ser distribuída comum acordo entre os Diretores, observado o disposto no art. 152, da Lei 6.404/76; saldo que remanescer ficará à disposição da Assembleia Geral. Art. 45º - A Diretoria, devidamente autorizada pelo Conselho de Administração e "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária, poderá autorizar a distribuição de dividendos intermediários, com base nos resultados apurados em balanço semestral. Art. 46º - Os dividendos serão pagos no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação do balanço, sob pena de multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor devido, sendo que os não reclamados, no prazo de 3 (três) anos após a publicação do ato que os distribuiu, reverterão em favor da sociedade, nos termos do artigo 287, inciso II, letra "a", da Lei 6.404/76.

## CAPÍTULO VII

## DA LIQUIDACÃO E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 47º - Da liquidação da sociedade nos casos prescritos em lei, cabendo à assembleia geral que a determinar, fixar o modo de processá-la, eleger os liquidantes e o Conselho Fiscal que deverá funcionar nesse período. Art. 48º - Os casos omissos serão regulados pela legislação em vigor. Como nada mais havia para ser tratado ou discutido, foi encerrada a reunião e lavrada esta ata que, lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes, São Paulo, 02 de maio de 1984. Ass. Bruno Antonio Caloi - Presidente da sociedade. Ass. José Vicente Messiano, Secretário da mesa. Ass. dos Conselheiros: Bruno Antonio Caloi, José Vicente Messiano, Vicente Aulicini, Victor de Paula Figueira de Freitas, Guillerio Calabresi, Carlos Alberto Menezes dos Santos e Raimar Richers. Após a leitura da proposta do Conselho de Administração, o Sr. presidente e após a discussão, o presidente que o seu objetivo era o encaminhamento dos assuntos da sociedade, resultando a proposta foi submetida a votação, tendo a mesma sido integralmente aprovada por unanimidade de votos dos acionistas presentes, com a abstenção dos impedidos por lei. Face à aprovação, o Sr. Presidente declarou que o estatuto social passaria, então, a vigorar com a redação constante da presente ata. Passando à ordem do dia, letra "c", disse o Sr. Presidente que a assembleia cabia deliberar sobre os assuntos de ordem social, consoante o disposto na lei, e a mesma estava sendo resolvida a ordem do dia da assembleia geral e como nada mais havia para ser tratado ou discutido, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou os trabalhos. A matéria aqui deliberada e aprovada não foi submetida ao Conselho Fiscal, tendo em vista que esse órgão não está em funcionamento. Em seguida, o Sr. Presidente determinou a lavratura desta ata que, lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes, São Paulo, 02 de maio de 1984. Ass. Bruno Antonio Caloi - Presidente da mesa. Ass. José Vicente Messiano - Secretário da mesa. Ass. dos Conselheiros: Ass. Bruno Antonio Caloi, Ass. Iracy Ambrosio Caloi, Ass. José Vicente Messiano, p/ Mobylette do Brasil Bicycles Motorizadas, Ass. Carlos Alberto Menezes dos Santos - Gerente-delegado. A presente é cópia fiel do original. BRUNO ANTONIO CALOI - Presidente da mesa: JOSE VICENTE MESSIANO - Secretário da mesa. VISTO: JOAO CELESTINO - Advogado - OAB/SP. 23.675. SECRETARIA DA JUSTIÇA - JUNTADA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CERTIDÃO - Certifico que este documento foi registrado sob número e data estampados mecanicamente. JUCESP: 44.092/84. SÃO PAULO, 23 DE MAIO DE 1984. (a) Rubens Abutara - Secretário Geral.